

Negação, autoengano e mistificação

Rogério L. Furquim Werneck*

Marco importante da nova política de comunicação do governo, a entrevista coletiva concedida pelo presidente Lula em 30 de janeiro recebeu mais destaque na mídia pelo formato do que pelo conteúdo. Deu-se menos atenção do que merecia à forma ostensiva com que, agora, o presidente passou a negar peremptoriamente que seu governo e o País estejam enfrentando sérias dificuldades fiscais.

Houve uma escalada. Na esteira da nova política de comunicação, o negacionismo do Planalto relacionado à questão fiscal mudou de patamar. Os interessados em avaliar por conta própria a extensão da escalada podem e devem assistir o trecho curto que tem início no 63º minuto do [vídeo](#) da entrevista, disponível no YouTube.

A pergunta, muito oportuna, foi feita pela jornalista Delis Ortiz, da Rede Globo. “O senhor entende que cumpriu a necessidade de contração de gastos para o equilíbrio fiscal de longo prazo? Por que o problema do mercado não é hoje. É daqui para frente. O que a gente quer saber é se o senhor considera que cumpriu a necessidade de baixar o rombo fiscal?”

A resposta foi espantosa, para dizer o mínimo. “Não existiu rombo fiscal. Rombo fiscal existiu no governo passado. [...] No nosso não houve. Aliás, se não fosse o Rio Grande do Sul nós teríamos feito superávit, pela primeira vez, em muitas décadas. [...] Quero que as pessoas tenham certeza de que neste governo não haverá irresponsabilidade fiscal. Meu histórico é a prova disto. [...] Eu não tento discutir aquilo que meia dúzia de pessoas querem. Eu quero discutir aquilo que interessa à maioria das pessoas. É gerar emprego, é gerar renda para essas pessoas. Criar um país de classe média. É esse o país que eu quero criar.”

Os fatos negados e renegados saltam aos olhos. Em contraste com o que fizeram de início todos os presidentes dos últimos 25 anos, Dilma Rousseff inclusive, Lula da Silva decidiu que se permitiria atravessar seu terceiro mandato sem qualquer preocupação com a geração de superávits primários compatíveis com a manutenção do endividamento público sob controle.

O reles déficit primário quase zero, de 2024, a que Lula se refere, ficou muito aquém do esforço fiscal necessário para impedir que a dívida do setor público continue a aumentar de forma alarmante. O que se prevê é que, ao longo do atual mandato presidencial, haja um salto da ordem de pelo menos 14 pontos percentuais na dívida do setor público como proporção do PIB. De 72% do PIB, em 2022, para 86% do PIB em 2026. São essas as

proporções do rombo fiscal que Lula deixará, sem ter movido uma palha para que possa ser contido no futuro. Rombo que, na entrevista, jurou não existir, por conta de seu suposto compromisso inabalável com a responsabilidade fiscal.

Não se trata de autoengano. O governo sabe perfeitamente de tudo isso e tem plena consciência da extensão das graves dificuldades fiscais que enfrenta. A ideia é bem outra. É, sem qualquer recato, partir para a mistificação grotesca e deslavada, sob o velho moto de que, “em eleição, a gente faz o diabo”. A entrevista não deixa margem a dúvidas. No quadro da nova política de comunicação, a palavra de ordem no governo, já em modo eleitoral avançado, é negar de forma incisiva e reiterada que o descontrole do endividamento público sequer exista. E continuar brandindo o déficit primário quase zero como suposta prova irrefutável disso.

Pode até ser que, por algum tempo, a “maioria das pessoas” possa ser iludida. O problema, na longa travessia até a disputa presidencial, será a reação da “meia dúzia de pessoas” a que o presidente alude. Que o marqueteiro tenha se mostrado incapaz de se dar conta desse detalhe não chega a ser surpreendente. Mas é difícil que a equipe econômica não esteja alarmada com os riscos envolvidos. Desnecessário dizer que o ministro da Fazenda ficará em apuros ainda mais sérios, se for obrigado a se juntar ao coro do negacionismo radical do Planalto e recitar com todas as letras o novo *script* concebido pela marquetagem do governo. Seria um Deus nos acuda.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.